

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E INSERÇÃO NO SISTEMA-MUNDO:  
O CASO DO BRASIL<sup>1</sup>**

**REGIONAL DEVELOPMENT, SOCIOECONOMIC INEQUALITIES AND INSERTION INTO THE WORLD-SYSTEM:  
THE CASE OF BRAZIL**

**Ivo Marcos Theis<sup>2</sup>, Luciana Butzke<sup>3</sup>, Oklinger Mantovaneli Junior<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau

<sup>3</sup> Professora do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau

<sup>4</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau

## **RESUMO**

O tema deste artigo é desenvolvimento regional no Brasil. Quais variáveis podem explicar as regionalizações que ocorreram ao longo do processo de formação territorial do Brasil? Há nexos entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil? O que explica a natureza da inserção do Brasil no sistema-mundo, ou seja, de sua condição de formação social semiperiférica? Para responder a essas questões, perseguiu-se os seguintes objetivos: proceder a uma leitura crítica da formação territorial do Brasil, apoiada em intérpretes selecionados do pensamento social brasileiro, com vistas à identificação das variáveis que podem explicar as suas regionalizações; buscar nexos entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil; reunir evidências que permitem explicar a inserção do Brasil no sistema-mundo. Os resultados indicam que a configuração regional do Brasil, uma formação social semiperiférica, pode ser explicada pela natureza de sua inserção Brasil no chamado sistema-mundo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil. Desenvolvimento desigual. Desenvolvimento regional. Pensamento social brasileiro.

## **ABSTRACT**

Regional development in Brazil is the main theme of this article. What variables can explain the regionalization that occurred during the process of territorial formation of Brazil? Are there any links between the regional configuration, the accumulation of inequalities and the occurrence of social conflicts along the territorial formation of Brazil? What explains the nature of Brazil's insertion into the world-system, that is, of its condition of semi-peripheral social formation? To answer these questions, the following objectives were established: a) to proceed a critical reading of Brazil's territorial formation, supported by selected interpreters of Brazilian social thought, with the purpose of identifying the variables that may explain their regionalization; b) to search for links between the regional configuration, the accumulation of inequalities and the occurrence of social conflicts along the territorial formation of Brazil; c) to gather evidence to explain the insertion of Brazil into the world-system. The results indicate that Brazil's regional configuration, a semi-peripheral social formation, can be explained by the nature of its insertion in the so-called world-system.

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

**KEY-WORDS:** Brazil. Brazilian social thought. Regional development. Uneven development.

## INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é desenvolvimento regional no Brasil. Portanto, o objetivo principal é reexaminar o desenvolvimento regional do Brasil, incorporando neste reexame os vencidos, com vistas à construção de uma interpretação alternativa (do desenvolvimento regional do Brasil), a partir da formação de seu território, com base num diálogo com interpretes selecionados do pensamento social brasileiro. As perguntas de que se parte para examinar o tema são as seguintes: Quais variáveis podem explicar as regionalizações que ocorreram ao longo do processo de formação territorial do Brasil? Há nexos entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil? O que explica a natureza da inserção do Brasil no sistema-mundo? Para responder a essas questões, perseguiu-se os seguintes objetivos: proceder a uma leitura crítica da formação territorial do Brasil, apoiada em intérpretes selecionados do pensamento social brasileiro, com vistas à identificação das variáveis que podem explicar as suas regionalizações; buscar nexos entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil; reunir evidências que permitam explicar a inserção do Brasil no sistema-mundo.

Os resultados indicam que a configuração regional do Brasil, à qual se podem associar o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo de toda a sua formação, pode ser explicada pela natureza da inserção do Brasil no chamado sistema-mundo. As consequências concretas desse fato é que o desenvolvimento regional tem sido difundido como estratégia de homogeneização da qualidade de vida, emanada de centros desenvolvidos, incompatível com uma sociedade fundada em preceitos democráticos. Numa sociedade democrática, as comunidades regionais devem poder dispor de autonomia para definir os seus próprios projetos de desenvolvimento.

Para que se cumpram os objetivos propostos, este artigo está organizado em quatro seções principais. Em seguida a esta introdução, segue uma seção destinada a explicar a “metodologia” adotada, uma longa seção consagrada à apresentação dos resultados e sua respectiva discussão – que inclui uma parte relativa à revisão da literatura sobre desenvolvimento regional e outra em que se vai objetivamente tratar das regionalizações, das desigualdades e da inserção do Brasil no sistema-mundo. A última seção dedicada às considerações finais.

## METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados na execução da pesquisa que deu origem a este artigo incluíram: um método de abordagem, métodos de procedimento, técnicas de pesquisas, a definição de um universo de pesquisa, a coleta de dados e procedimentos de análise e interpretação.

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

A tentativa de compreensão do processo de desenvolvimento regional em face da inserção internacional do Brasil se apoiou no método dialético de abordagem, que permite examinar relações entre espaço e tempo, entre o local e o global, entre a parte e o todo, entre particularidades e universalidades (HARVEY, 2004, p. 30-31), privilegiando enfoques baseados na contradição e na produção de sínteses. Quanto aos métodos de procedimentos, incluíram-se o método comparativo, o método estatístico e o método histórico. Eles permitiram identificar as variáveis que produziram alterações mais significativas na formação do território brasileiro e concorreram para o avanço das desigualdades no país. Quanto às técnicas de pesquisa, utilizou-se a chamada documentação indireta, que abrange a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. A pesquisa documental propiciou contato com planos, relatórios oficiais e outros registros relevantes. A pesquisa bibliográfica complementou a pesquisa documental na medida em que atualizou os diversos argumentos sobre o tema de desenvolvimento regional numa formação social semiperiférica da perspectiva dos vencidos e derrotados. Quanto ao universo da pesquisa, ele acabou incluindo agentes e instituições envolvidos com as políticas territoriais, que têm participado, ativamente, de sua formulação e/ou sido afetados por elas. São entes privados e públicos que têm exercido maior ou menor influência sobre o desenvolvimento regional do Brasil. Quanto à coleta de dados, recorreu-se à documentação indireta. Incluiu-se aí o levantamento de dados por intermédio da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica. A primeira propiciou acesso a planos e relatórios, gerados pelos agentes e instituições envolvidos com as políticas territoriais adotadas no Brasil. A pesquisa bibliográfica complementou a pesquisa documental por meio de uma revisão da literatura sobre a problemática do desenvolvimento regional, com ênfase nos principais movimentos de resistência e na identificação dos vencidos no processo de formação territorial. Quanto, por fim, aos procedimentos de análise e interpretação, depois de levantados e disponibilizados os dados, e tudo devidamente tabulado, passou-se a examinar as variáveis que ligam o desenvolvimento desigual, os conflitos sociais e a formação territorial do Brasil à luz dos objetivos estabelecidos na pesquisa. Os resultados e discussão constituem a sessão seguinte deste artigo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na presente seção se procurará apresentar e discutir (a) os resultados da leitura crítica realizada da formação territorial do Brasil, apoiada em intérpretes selecionados do pensamento social brasileiro, tendo em vista a identificação de variáveis que podem explicar as suas regionalizações do país, assim como (b) os nexos encontrados entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil, e (c) as evidências reunidas que permitem explicar a inserção (econômica, política, cultural etc.) do Brasil no sistema-mundo, de sua condição de formação de social semiperiférica.

Desenvolvimento regional, cabe lembrar, brevemente, é um objeto de estudo multidisciplinar, porque referido a um processo de desenvolvimento (econômica, social, política e espacialmente) desigual - que não cabe em uma ou duas disciplinas do saber humano - como a economia e a geografia. Ele se funda em desigualdades previamente existentes (entre campo e cidade, pobres e

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

ricos, resquícios de formações pré-capitalistas e o capitalismo...) e gera novas desigualdades. Por isso também se recorre à história, o que significa atentar para alguns fatos que, tendo apenas se insinuado num dado ponto do tempo, percorrem a sua linha para, em outro ponto, manifestar-se, então, mais explícitos (BLOCH, 1973). Pode-se, por exemplo, pensar nas perspectivas do Brasil, “de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação” (FURTADO, 1992, p. 35). Evocar a história sugere, então, que “tudo o que [...] diz respeito [a nossa vida] está sempre em processo e, em consequência, não fica fechado nos limites de seu tempo ou da História em geral, exercendo sua influência, enquanto sinal de testemunho, num campo meta-histórico” (BLOCH, 1973, p. 7). O interesse na consecução do processo histórico de formação do Brasil como Estado-nação tem se manifestado em diversos momentos. Mas, as forças empenhadas em interrompê-lo têm sido mais bem-sucedidas até o presente. Logo, o significado de história aqui considerado evoca a “consciência essencial e indefectível de todo o não ocorrido, de tudo que eternamente almejamos, dos caminhos não percorridos, porém sobre os quais convém avançar [...] nas confusas encruzilhadas e paradoxos que constituem o nosso destino” (BLOCH, 1973, p. 7).

Assim, o exame do desenvolvimento regional no Brasil abarca a sua formação, mas aí privilegia um diálogo com alguns importantes intérpretes do pensamento social brasileiro, com especial atenção às contribuições de Manoel Bomfim, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Darcy Ribeiro e Raimundo Faoro.

Os resultados da pesquisa são aqui ordenados em três blocos distintos: num primeiro, tratar-se-á das regionalizações identificadas nas interpretações que integram o pensamento social brasileiro; no segundo bloco, tratar-se-á dos nexos entre a configuração regional, as desigualdades e os conflitos sociais; e, no último, mais breve, tratar-se-á da inserção do Brasil, uma formação semiperiférica, no sistema-mundo.

## **Sobre as regionalizações**

Quanto, pois, às variáveis que podem explicar as regionalizações do país, identificadas a partir de uma leitura crítica da formação territorial do Brasil, apoiada em intérpretes selecionados do pensamento social brasileiro, são elas variáveis de caráter histórico-cultural, político e, sobretudo, econômico. É o que se depreende da leitura de obras consideradas clássicas de autores como Manoel Bomfim, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Darcy Ribeiro e Raimundo Faoro, entre diversos outros.

Manoel Bomfim, nascido em Aracaju a 8 de agosto de 1868 e falecido no Rio de Janeiro em 1932, tem vasta - mas, consideravelmente, desconhecida - obra em que examina a formação do Brasil. Tomando-se, por exemplo, *O Brasil na América*, tem-se aí um retrato fidedigno (e apaixonado) do Brasil desde antes da chegada dos portugueses até o século XIX, com indicação detalhada, por exemplo, dos conflitos em torno de partes do território, da colônia à independência, envolvendo,

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

entre outros, o “gentio”, os espanhóis, a Companhia de Jesus, os franceses, os ingleses e os holandeses (BOMFIM, 2013).

O que se constata nesta obra em termos da regionalização do território brasileiro é, portanto, a variável política. O momento da colônia é o da ocupação do que hoje é o Nordeste. E a insurreição dos pernambucanos – deixados à sorte pela metrópole – contra os holandeses não apenas sugere que o espaço disputado é o que das terras brasileiras de então importava, mas também que ela, a luta dos pernambucanos, forjou o patriotismo dos brasileiros significativamente antes da constituição formal da nacionalidade (BOMFIM, 2013, p. 274-330). Entretanto, ainda ao longo dos três séculos de colônia, o território seria expandido. E, para isso, contribuiu o pioneiro paulista, que se aventurava pelo interior, incorporando terras a oeste que, em tese, poderiam ser reivindicadas pela Espanha (idem, p 331-364).

Gilberto Freyre é mais conhecido, dispensando apresentação. Sua obra de referência é *Casa grande & senzala*, na qual examina a influência da colonização portuguesa no Brasil, enfatizando as relações entre senhores e escravos. Os seus comentadores – por exemplo, Darcy Ribeiro (2011) – concordam que se trata de uma contribuição inestimável para a compreensão da formação do Brasil. O que importa, do ponto de vista da regionalização do país e das variáveis que a podem explicar na obra de Freyre (2006), é que se está novamente na presença do que atualmente é o Nordeste, mas examinado de uma perspectiva sociológica. O encontro do colonizador português com o indígena e o escravo negro têm repercussões na formação da sociedade patriarcal que Gilberto Freyre põe em relevo, para tanto concentrando-se no largo espaço que vai de São Vicente a Pernambuco, mas, sobretudo, neste último. É, portanto, uma variável sociocultural com que o sociólogo de Apipucos realizou suas investigações.

Talvez seja importante acrescentar que Gilberto Freyre se debruçou sobre a “questão regional” no Brasil ainda em 1926, quando deu à luz seu *Manifesto Regionalista*. Aí defendera que “a preocupação máxima de todos deveria ser a de articulação interregional. Pois de regiões é que o Brasil [...] é feito, desde os seus primeiros dias. Regiões naturais a que se sobrepujaram regiões sociais” (FREYRE, 2010, p. 70). E insistiu: “o conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de estados, uns grandes outros pequenos, a se guerrearem economicamente como outras tantas Bulgárias, Sérvias e Montenegros” (idem, p. 70). Por fim, considerou que “regionalmente deve ser estudada, sem sacrifício do sentido de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem” (idem, p. 71).

Caio Prado Junior também é bastante conhecido, dispensando apresentação. Ele registrará, em obra histórica de reconhecida relevância, a ocupação portuguesa ao longo de parte considerável do litoral da então Colônia e – concentrada entre a Bahia e Pernambuco – a atividade que inicialmente propiciaria maiores benefícios econômicos à Metrópole. Se parece evidente a primazia do impulso econômico, cabe colocar em relevo que o historiador se vale, sem constrangimentos, da variável política para explicar a formação do Brasil. Afirma ele:

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

o sentido da colonização brasileira [...] é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro [...] A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe [...] será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial (PRADO Jr., 2000, p. 117; ver tb. p. 127).

Em outra obra, Caio Prado Junior enfatizaria essa condição de uma formação social que não se constitui para si, para a sua gente, mas para outras sociedades, organizando-se internamente o seu território e mobilizando os seus recursos para o atendimento de interesses externos:

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país [...] Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominaríamos de economia *nacional*, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa (PRADO Jr., 1981, p. 270).

Assim, do ponto de vista das relações inter-regionais, o território será cedo fragmentado em regiões que não se comunicam. Certo: as condições físicas não favoreciam uma ligação entre os povoamentos até o fim do período colonial. Entretanto, os meios de transporte, convenientemente, se restringiram, até o século XIX, à navegação. Neste último, aliás,

a via de cabotagem voltará a ser articulação geral única do território brasileiro, e retorna-se ao primitivo sistema do início da colonização: uma via marítima, espinha dorsal das comunicações do país, em que se vem articular as vias de penetração perpendiculares ao litoral, desligadas inteiramente umas das outras. Fragmenta-se assim novamente a estrutura territorial brasileira (PRADO Jr., 2000, p. 270).

Ou seja: ao longo de sua formação (e até hoje) foram se constituindo diversas importantes conexões do Brasil, a partir de suas regiões, com o mundo; vale dizer, com os “parceiros comerciais” interessados nas matérias-primas de que dispõe o seu território. Contudo, permaneceram precárias e pouco funcionais as ligações internas, que ligariam as diversas regiões entre si. Quando o faziam, então, para facultar o acesso a algum porto ou aeroporto, não para o benefício da gente, mas para o embarque de mercadorias de baixo valor em direção às formações sociais centrais.

Celso Furtado, por sua vez, foi um importante economista paraibano e tampouco requer apresentação. Sua obra é vasta e aporta contribuição significativa para a “questão regional” no Brasil. Em inúmeras oportunidades registrou sua preocupação com a “geografia” do

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

desenvolvimento. Contudo, é em seu *Formação Econômica do Brasil* que se identificam algumas das passagens mais notáveis sobre o desenvolvimento regional brasileiro. Aliás, a “questão regional” no Brasil é, para Celso Furtado (1977), um problema que, desde a chegada dos portugueses, no início do século XVI, diz respeito ao que hoje constitui o Nordeste. Nos primórdios da ocupação, fora essa a região que ofereceria espaço para a atividade que viabilizaria o projeto colonial lusitano (FURTADO, 1977).

Mais tarde, com a crise da economia açucareira, o Nordeste perderia relevância em favor das Minas Gerais em decorrência da exploração e exportação de ouro. Que em meados do século XVIII o centro dinâmico da economia colonial já tivesse se deslocado para uma vasta área entre as atuais regiões Sudeste e Centro-Oeste, isso está evidenciado no fato de que “o decênio compreendido entre 1750 e 1760 constituiu o apogeu da economia mineira, e a exportação [de ouro] se manteve então em torno de dois milhões de libras” (FURTADO, 1977, p. 78).

Contudo, é preciso fazer referência à perspicácia de Furtado em apreender o processo de formação do território desde o movimento da atividade econômica nos diversos espaços particulares. Por exemplo, o quadro que esboça do que se apresentava no século XVIII:

Observada em conjunto, a economia brasileira se apresentava como uma constelação de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados. As articulações se operavam em torno de dois polos principais: as economias do açúcar e do ouro. Articulada ao núcleo açucareiro, se bem que de forma cada vez mais frouxa estava a pecuária nordestina. Articulado ao núcleo mineiro estava o *hinterland* pecuário sulino, que se estendia de São Paulo ao Rio Grande. Esses dois sistemas, por seu lado, ligavam-se frouxamente através do rio São Francisco, cuja pecuária se beneficiava da meia-distância a que se encontrava entre o Nordeste e o centro-sul para dirigir-se ao mercado que ocasionalmente apresentasse maiores vantagens. No Norte estavam os dois centros autônomos do Maranhão e do Pará. Este último vivia exclusivamente da economia extrativa florestal organizada pelos jesuítas com base na exploração da mão-de-obra indígena [...] O Maranhão, se bem constituísse um sistema autônomo, articulava-se com a região açucareira através da periferia pecuária [...] Os três principais centros econômicos - a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão - se interligavam, se bem que de maneira fluida e imprecisa, através do extenso *hinterland* pecuário (FURTADO, 1977, p. 90).

Este quadro com que caracterizou o movimento da economia do século XVIII, com o qual se passou a dispor de elementos para captar o processo de formação do território brasileiro e as diversas regionalizações que se sucederiam até o presente, modificar-se-ia com a independência e, depois, com a entrada em cena da economia cafeeira e, sobretudo, da indústria. Celso Furtado se dedicou, posteriormente, à compreensão dos seus condicionantes e (preocupado em intervir nessa realidade tão dinâmica) de todas as suas mais importantes implicações.

Darcy Ribeiro, por fim, tampouco é um desconhecido. Antropólogo internacionalmente reconhecido,

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

foi Ministro de Estado antes do golpe de 1964, tendo tido não apenas uma ativa participação na esfera pública, mas também uma vida intelectualmente intensa. No entanto, é especialmente uma obra - *O povo brasileiro* - que o liga mais estreitamente com a “questão regional” aqui considerada. Ele a aborda da perspectiva da contribuição das diferentes etnias que conformariam a sociedade brasileira:

historicamente [plasmaram-se] diversos modos rústicos de ser dos brasileiros, que permitem distingui-los, hoje, como sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste e Centro do país, gaúchos das campanhas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros, etc. (RIBEIRO, 2012, p. 21).

De maneira que foi examinando os diversos grupos humanos, incorporados em diferentes momentos à sociedade brasileira, que Darcy Ribeiro podia caracterizar as regiões que assim se iam constituindo e assim modificavam o território.

Ele notaria que a pequena elite branca que governava a colônia, primeiro, e o Brasil independente, depois, temia a população indígena e, sobretudo, a escrava negra. Em relação a esta última, o medo era de que ela pudesse se rebelar. Aliás, o medo da minoria branca em relação à população negra (que permanece a mais pobre) persiste até o presente. A velha ordem produtora de desigualdades, comandada pela pequena elite branca, tem se valido, nesses séculos, primeiro no Nordeste açucareiro, depois nas Minas Gerais, logo em seguida nos cafezais do Sudeste e desde o século XX nas fábricas espalhadas por todo o território, da força repressora para impedir que índios e negros se libertassem do racismo e da miséria. O povo brasileiro, então, é o ponto de chegada, a utopia de uma gente que possa viver no território com base no respeito à diversidade das inúmeras culturas e da imensa riqueza de seu meio físico-natural (RIBEIRO, 2012).

Cumprir notar que, embora não adentrasse, propriamente, a análise das regionalizações, Darcy Ribeiro pode perceber, por um lado, que “a industrialização, enquanto gênero de vida que cria suas próprias paisagens humanas, plasmou ilhas fabris em suas regiões” (RIBEIRO, 2012, p. 21). Por outro, ele pode perceber, também, que, contra a exploração e o desgaste da gente, tanto a que já vivia quanto a que - transplantada compulsoriamente - passou a viver nas diversas “regiões econômicas” (do açúcar, do ouro, do café, da indústria...), rebelaram-se mulheres e homens, desencadeando insurgências, levantando-se em resistências, constituindo insurreições que, em certos momentos, conflagraram a sociedade brasileira e ameaçaram a ordem constituída da pequena elite branca, assim moldando - pelo menos, temporariamente - regiões emancipatórias (RIBEIRO, 1972).

Por limitações de espaço, as contribuições de Sérgio Buarque de Holanda, Florestam Fernandes e Raimundo Faoro (entre tantos outros...) para a compreensão das regionalizações brasileiras não poderão ser apreciadas aqui. De modo que a delimitação que ora se impõe restringe as regionalizações às interpretações oferecidas por Manoel Bomfim, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Celso Furtado e Darcy Ribeiro.

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

## Sobre as desigualdades

Quanto aos possíveis nexos entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil, cabem algumas considerações preliminares. Por configuração regional entende-se o ordenamento do território nacional e o reconhecimento de espaços subnacionais que, embora conectados entre si, desfrutem de relativa autonomia. Tais espaços não correspondem a instâncias político-administrativas, não sendo governados, portanto, como municípios ou estados-membros da federação. Por desigualdades entendem-se as diferenças que se identificam entre indivíduos e grupos de indivíduos que não são dadas pela natureza, mas produzidas no processo social em decorrência de conflitos em torno de recursos culturais (tradições, costumes...), políticos (direitos de voto, autonomia...) e, sobretudo, materiais (econômicos, por exemplo, propriedade da terra, rendimentos...). Por conflitos sociais entende-se a disputa por recursos culturais, políticos e materiais entre indivíduos e grupos de indivíduos.

Como se viu acima, o território brasileiro configura-se, desde a chegada dos portugueses, como espaço de produção de “gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais” destinados “aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América”. Esse espaço não existiu nem existe hoje para a fruição dos nativos. Sua produção não se tem realizado com o propósito de satisfazer as necessidades de sua população. Ele se tem constituído em face de interesses que se localizam fora de suas fronteiras (PRADO Jr., 1981, p. 270).

A região que inicialmente é integrada à economia-mundo, que se forma no século XVI, é aquela que hoje se conhece por Nordeste. Uma primeira regionalização, portanto, toma o espaço em torno de Pernambuco como o terreno no qual se concentrariam os recursos para a produção açucareira. Não havia uma atenção maior para com o que se passava ao sul da Bahia. Não obstante, tanto São Vicente quanto Rio de Janeiro integravam o território da Colônia e, com a perda do dinamismo econômico do Nordeste em face da concorrência do açúcar das Antilhas, tornar-se-iam geoeconômica e geopoliticamente mais importantes. Entretanto, como se sabe, com o declínio da economia açucareira, o Nordeste enquanto região integrada à economia-mundo então emergente, também perderia sua condição de espaço de produção de riquezas – e, em consequência, de significação política. A entrada em cena do ouro (e dos diamantes) das Minas Gerais leva a que este “novo” espaço da Colônia passe a ter primazia na geração de riquezas – e ganhar, como resultado, uma correspondente relevância política. O esgotamento desta fonte de riquezas – que coincidirá com a ascensão da Colônia à condição de sede da Monarquia – converterá o Rio de Janeiro, que já era capital desde 1763, em espaço onde se concentrarão as decisões econômicas e políticas mais importantes. Mas, embora o Rio de Janeiro permanecesse a capital do Brasil independente até 1961, entre fins do século XIX e início do século XX São Paulo passaria a sediar as principais atividades econômicas do país, do café à indústria. Ou seja, o atual Sudeste brasileiro será a região economicamente mais dinâmica (FURTADO, 1977).

Não há como dissociar as regionalizações, em geral, e o caso específico da brasileira se ajusta à

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

norma, da dinâmica socioeconômica. Ao longo da formação do território se conformaram regiões em face dos movimentos de ocupação e das oportunidades de geração de riquezas. Um traço que caracteriza as regiões brasileiras é que elas pouco se conectavam umas com as outras, ligando-se, fundamentalmente, em face das atividades produtivas que abrigavam, com os centros de consumo (Europa, EEUU...).

Assim também continuariam sendo formuladas as regionalizações do século XX. Estas, contudo, tem no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1934, o seu principal promotor. E o que se conhece desde 1942, ano em que se anuncia a primeira divisão regional do Brasil, é um louvável esforço que acrescentará, ainda, novas regionalizações, publicadas, respectivamente, nos anos de 1970 e 1990 (CONTEL, 2014). Desde 2017 tem-se uma “nova” divisão regional, também emanada do IBGE, que passa a distinguir “Regiões Geográficas Imediatas” de “Regiões Geográficas Intermediárias” (IBGE, 2017).

A partir do reconhecimento de uma divisão regional se podem, então, constatar desigualdades de vários tipos, como acima assinalado. Ou seja, as desigualdades podem ser traduzidas em termos de disparidades inter-regionais. A questão das desigualdades entre as regiões, não importando que regionalização se considere, remete à identificação dos espaços nos quais se concentram as atividades econômicas mais dinâmicas, as decisões políticas mais relevantes etc. No caso do Brasil, é indiscutível que São Paulo enquanto Unidade da Federação e o Sudeste enquanto Macrorregião sejam os polos de maior dinamismo econômico e relevância política do país. Em contrapartida, as Macrorregiões nas quais as forças produtivas estão menos desenvolvidas – Norte, Nordeste e, ainda, Centro-Oeste – tendem a participar da vida econômica, política e mesmo cultural com recursos bem mais limitados.

Um quadro mais preciso revela um Brasil de dimensões continentais. Sua população alcançou 190,7 milhões de habitantes em 2010 (IBGE, 2010a) – 208,8 milhões de habitantes em março de 2018 – que se distribuem por mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de área (IBGE, 2002). Entretanto, essa população se espalha de forma desigual pelas cinco macrorregiões do país. A região Sudeste concentrava, nos anos 2000, mais de 42% da população brasileira – assim como já acontecia no início dos anos 1990. As regiões com menores populações relativas, Centro-Oeste e Norte, foram as que tiveram maior incremento demográfico entre o início dos anos 1990 e fins dos anos 2000 em comparação com as demais. Apesar disso, a densidade demográfica nessas regiões permanece bastante baixa. Isso se deve a que ao Norte cabe a maior área (mais de 45%), ao Centro-Oeste, a segunda maior. Em comparação, a população do Sudeste, a maior do país, vive na segunda menor área (menos de 11%); a esta última corresponde, assim, uma densidade bastante elevada em comparação com as demais regiões. Essas diferenças refletem desigualdades socioeconômicas existentes *entre* as regiões – e, também, no *interior* delas. Em relação à distribuição geográfica da riqueza produzida no Brasil nos dois últimos decênios, no início dos anos 1990, o Sudeste era responsável pela geração de mais de 58% do Produto Interno Bruto, o Sul, por mais de 17%. De modo que em ambos se concentravam mais de  $\frac{3}{4}$  da riqueza produzida no país. Ao longo do último decênio houve uma pequena variação em favor das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. No

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

entanto, a essas macrorregiões, que compreendem mais de 82% do território, e onde vivem mais de 43% da população, cabiam, em fins dos anos 2000, pouco mais de apenas 27% do PIB brasileiro. Logo, a capacidade de gerar riquezas ainda está fortemente concentrada no Sudeste (IBGE, 2010b).

Ao longo da formação territorial do Brasil se verificam conflitos (a disputa entre indivíduos e grupos de indivíduos em torno de recursos culturais, políticos e materiais...) que assinalam a pré-existência de desigualdades e que ganharam óbvia expressão geográfica. Uma questão pouco examinada nesta perspectiva diz respeito aos principais movimentos de resistência e à identificação dos vencidos – mas, não será aqui que ela será tratada com o detalhe devido.

Qual é o ponto? A hipótese, que não é original, é de que conflitos são desencadeados contra uma ordem fundada na existência de desigualdades. Ao longo da formação do Brasil, desde os primeiros anos de sua condição de Colônia até os dias presentes, as desigualdades são um traço a caracterizar uma sociedade inflexível, acomodada e imutável em face das gritantes diferenças a separarem um pequeno punhado de privilegiados – a pequena elite econômica-política branca – da grande massa de desprovidos de quaisquer recursos (culturais, políticos e materiais...). Todavia, ao longo da formação do Brasil, a grande massa humana, lá nas “regiões econômicas” onde sofria as agruras da carência e da opressão, procurou organizar e resistir.

Tomando-se o período colonial, existe abundante evidência acerca da resistência dos indígenas. Quanto aos negros, o primeiro quilombo conhecido teria surgido já em 1575, na Bahia. O mais famoso, cuja duração presumida é de fins do século XVI a início do século XVIII, de Palmares, localizado no atual estado de Alagoas, reuniu entre 20 mil e 30 mil fugidos da escravidão. Inúmeras outras formas de resistência acabaram sendo organizadas contra o inimigo português antes da independência (AQUINO *et al.*, 2015). Depois desta, outros conflitos eclodiram, ameaçando a unidade do território do país recém-emancipado. Como em casos anteriores, desigualdades no acesso a recursos (culturais, políticos e materiais...) impulsionariam movimentos de resistência contra os imperadores ou seus representantes em cada região deflagrada, com destaque para a Revolução Farroupilha, a Cabanagem, a Sabinada e a Balaiada (WERNECK SODRÉ, 1986).

O avanço do capitalismo no Brasil, sobretudo, com o café exercendo função de relevo na obtenção de divisas, conduzirá as relações de produção a um novo patamar. O assalariamento da força de trabalho terá como consequência a organização dos trabalhadores da cidade e do campo. Concessões serão feitas nos anos de governo de Getúlio Vargas – a redução da jornada diária de trabalho para oito horas e a instituição da Carteira de Trabalho em 1932, a implantação do salário-mínimo em 1936, a criação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. Mas, de então em diante, sindicatos e partidos políticos que representam interesses da classe que vive do trabalho passarão a canalizar a resistência, no meio urbano e na área rural, da grande massa de desprovidos de recursos (culturais, políticos e materiais...).

Os conflitos acirrar-se-ão com a ruptura do pacto populista no início dos anos 1960, desembocando na ditadura civil-militar de 1964-1984. O seu enfrentamento em bases republicanas tem esbarrado

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

na retirada compulsória de direitos de mulheres e homens desprovidos de recursos (culturais, políticos e materiais...) por intermédio da criminalização de seus movimentos de resistência e da imposição de limites à atuação de seus sindicatos e partidos políticos. Os fatos mais recentes ainda estão a exigir análise cuidadosa, não cabendo estender-se sobre eles aqui. De toda forma, parece evidente que se apagam os conflitos com o desconhecimento sumário do contendor mais frágil e, em decorrência, da legitimação das desigualdades, incluídas entre estas as disparidades inter-regionais e intrarregionais.

### **Sobre a inserção no sistema-mundo**

Finalmente, quanto à inserção (econômica, política, cultural etc.) do Brasil no sistema-mundo, que evidências há de que se está diante de uma formação social semiperiférica? E, se se trata de uma formação semiperiférica, como esta condiciona a sua configuração regional, isto é, como o território é ordenado em escala subnacional?

Desde os estudos da CEPAL se tem convencionado distinguir economias centrais de periféricas. Usualmente, são consideradas centrais aquelas nas quais as decisões econômicas mais relevantes estão devidamente internalizadas. Contam-se aí os EEUU, a Inglaterra, a Alemanha, a França e o Japão – para citar apenas algumas. Já periféricas são as economias cuja autonomia decisória é reduzida. Contam-se aí quase todas as economias africanas, asiáticas e latino-americanas de baixo Produto Interno Bruto-PIB *per capita* e baixo Índice de Desenvolvimento Humano-IDH. A análise do sistema-mundo [*world-system analysis*] (WALLERSTEIN, 1974; MARIUTTI, 2004) introduziu uma terceira categoria, intermediária entre as duas mencionadas: economias semiperiféricas. De uma perspectiva relacional, estas últimas ocupam um espectro considerável na escala que tem a periferia num extremo e o centro no outro (DOMINGUES, 2012; LIMA, 2007; LOURENÇO, 2005). Assim, a aplicação do conceito de semiperiferia para o caso brasileiro parece adequada, inclusive, da perspectiva de análise do sistema-mundo.

Em termos históricos, a modalidade de inserção (econômica, política, cultural etc.) do Brasil no sistema-mundo evidencia passividade. Ou seja, desde os tempos do Brasil-Colônia, como ilustrou com dados inquestionáveis Caio Prado Junior, o “encaixe” no sistema mundial se dava como reflexo de impulso exógeno. A independência política no início do século XIX nada altera quanto à modalidade do encaixe. O Brasil continuaria a existir em função de interesses outros que os definidos por sua própria população. Com a industrialização, no século XX, alguns governantes – sobretudo, Getúlio Vargas – ameaçam romper essa tradição de encaixe subserviente e passivo. Todavia, a forma como se daria a industrialização (com predomínio de capital estrangeiro) propiciaria a perpetuação do subdesenvolvimento dependente e associado. O processo recente de financeirização da economia brasileira apenas acentuaria a tendência histórica de uma inserção passiva e subserviente na economia-mundo (PAULANI, 2008).

Se o que se afirmou permite inferir que se está diante de uma formação social semiperiférica, cabe

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

ainda verificar como esta condiciona a configuração regional do país, ou seja, como o território é ordenado em escala subnacional a partir do encaixe subserviente e passivo no sistema-mundo. E aí se fecha o ponto relativo ao desenvolvimento regional – tema deste artigo. Como podem desenvolver-se regiões, com a definição de suas estruturas produtivas e o cultivo de seus valores culturais, se o que, historicamente, tem contado para elas é a “qualidade” de sua ligação com o exterior? Considerando-se a ocupação do atual Nordeste brasileiro pelos portugueses, não terá sido precisamente este contato entre europeus e nativos que definiria o espaço de vida [*Lebensraum*] destes últimos? Não terá sido, acaso, sobre as terras dos nativos que os portugueses implantaram a mais pujante atividade racionalmente orientada para a produção de riquezas logo após a sua “chegada”? Parece não haver dúvida:

O êxito da grande empresa agrícola [isto é: a exploração da cana-de-açúcar em regime de grande propriedade] do século XVI – única na época – constituiu [...] a razão de ser da continuidade da presença dos portugueses em uma grande extensão das terras americanas (FURTADO, 1977, p. 12).

Assim também ocorreu com outras regiões em outros momentos: elas foram se definindo em face de motivações exógenas, reconhecidas não a partir do que suas comunidades estabeleceram para si, mas a partir do que interesses externos determinaram para elas. Se ao longo do século XX as regiões brasileiras passam a ligar-se umas com as outras, fato indiscutível e de considerável significação política, também parece correto reconhecer a injeção de interesses externos às comunidades regionais nas suas configurações. Vale dizer: o “encaixe” – ou: a sua modalidade – faz mais sentido às regiões que a autodeterminação econômica, política e cultural das comunidades que elas abrigam. Portanto, o Brasil é, quanto à sua inserção (econômica, política, cultural etc.) no sistema-mundo, uma formação social semiperiférica. E esta condição é indissociável de sua configuração regional, isto é, da forma como o seu território é ordenado em escala subnacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo se tratou, fundamentalmente, de desenvolvimento regional no Brasil. De maneira que o objetivo principal era reexaminar o desenvolvimento regional do Brasil, incorporando neste reexame os vencidos a fim de que se construísse uma interpretação alternativa do desenvolvimento regional do Brasil, a partir da formação no seu território, com base num diálogo com interpretes selecionados do pensamento social brasileiro. Este propósito seria alcançado a partir de uma leitura crítica da formação territorial do Brasil, apoiada em intérpretes selecionados do pensamento social brasileiro, com vistas à identificação das variáveis que pudessem explicar as suas regionalizações; da identificação de nexos entre a configuração regional, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de conflitos sociais ao longo da formação territorial do Brasil; e da busca de evidências que permitissem explicar a inserção (econômica, política, cultural etc.) do Brasil no sistema-mundo, portanto, de sua condição de formação de social semiperiférica.

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Os resultados, devidamente apresentados e discutidos na seção anterior, permitem afirmar que a configuração regional do Brasil, indissociável do acúmulo de desigualdades e da ocorrência de conflitos sociais ao longo de toda a sua formação e até a segunda década do século XXI, pode ser explicada pela inserção passiva e subordinada do Brasil no chamado sistema-mundo, isto é, por sua condição de formação social semiperiférica. Este fato teórico revela, como consequências concretas, que o desenvolvimento regional tem sido difundido pela sociedade brasileira como estratégia de homogeneização de certa “qualidade de vida” emanada de centros desenvolvidos do capitalismo mundial. Uma sociedade fundada em preceitos democráticos é incompatível com a absorção acrítica de valores que correspondem sociedades econômica, política e sócio-culturalmente distintas. Parece razoável supor que numa sociedade democrática, as comunidades regionais devam poder dispor de autonomia para definir os seus próprios projetos de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Rubim Santos Leão de [et al.] **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BLOCH, Ernst. **Thomas Münzer**: teólogo da revolução. Trad. V. Chacon; C. A. Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro. 2013.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis** (nova série), N. 3, p. 1-20, 2014.

DOMINGUES, José Maurício. **Desarrollo, periferia e semiperiferia en la tercera fase de la modernidad global** (= Colección Sur-Sur). Buenos Aires: CLACSO, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. Sobre o “manifesto regionalista” de 1926. In: COHN, Sergio. **Gilberto Freire** (= col. Encontros). Rio de Janeiro: Beco do Azougue, p. 62-97, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Nacional, 1977.

FURTADO, Celso. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. Quando o futuro chegar. In: SACHS, I.; WILHELM, J.; PINHEIRO, P. S. (org.) **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, p. 418-429, 2001.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Trad. A. U. Sobral; M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola,

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

2004.

IBGE. **Resolução Nº 05, de 10 de outubro de 2002**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002 (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/resolucao.shtm>; Acesso em 13 de março de 2011).

IBGE. **Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010a (Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1766&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766&id_pagina=1); Acesso em 13 de março de 2011).

IBGE. **Sistema de contas nacionais, Brasil, 2004-2008**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010b (Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2008/publicacao2004\\_2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2008/publicacao2004_2008.pdf); Acesso em 13 de março de 2011).

IBGE. **Divisão Regional do Brasil** (em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

LIMA, Pedro Garrido C. Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. **Textos de Economia**, 10 (2), p. 58-85, 2007.

LOURENÇO, André Luís Cabral de. Semiperiferia: uma hipótese em discussão. **Economia e Sociedade**, 14 (1), p. 177-186, 2005.

MARIUTTI, Eduardo B. Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, N. 69, p. 89-103, 2004.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia (= Grandes nomes do pensamento brasileiro). São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **Teoria do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

RIBEIRO, Darcy. Gilberto Freyre: uma introdução à Casa Grande & Senzala. In: RIBEIRO, Darcy. **Gentildades**. Porto Alegre: L&PM, p. 9-86, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo: Companhia



Data:  
16 a 18  
de Julho

Tema:  
Possibilidades de  
Desenvolvimento em  
Territórios Periféricos



**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

das Letras, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy...** Nova Iorque: Academic Press, 1974.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **As razões da independência.** 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1986.